

Homenagem ao Funcionário Judicial

Aquando da minha eleição, logo fiz saber aos que hoje trabalham mais proximamente comigo - eles mesmos, também funcionários que colaboram com o Gabinete da Presidência - o quanto gostaria que o meu primeiro ato oficial, como Presidente do Tribunal da Relação do Porto, se materializasse numa homenagem pública ao Funcionário Judicial.

Hoje, com alegria, constato ter sido possível concretizar essa aspiração.

Este propósito inicial da Presidência tem um inegável alcance simbólico e resulta também de uma opção institucional.

Deixem-me partilhar convosco esses objetivos.

Enquanto juiz em mais de uma dezena de tribunais, durante cerca de três décadas, sei bem da relevância do vosso trabalho. E sei-o pela mais sustentada das formas: por o ter experienciado, em concreto, em múltiplas ocasiões ao longo da vida profissional. Fi-lo, trabalhando, sempre em cooperação franca e aberta, com oficiais de justiça, vossos colegas, com eles lidando, durante muitos dias, muitas horas, muito para além dos horários normais.

Apolinário, Ferraz, Guilhermino, Pedro, Jorge, Liliana, Ana Maria, Isabel, Manuela, Paula, Isaura, Gonçalves, Leonel, Isaac, Leonor, Domingos, Dantas, Sofia.

São numerosos os nomes que me assolam à memória - e muitos mais poderia citar - de funcionários judiciais que, com denodo, brio, educação, entusiasmo, compromisso, ajudaram a melhor servir a causa da Justiça. Sempre com uma palavra amável, um imediato "em que posso ajudar?", uma dedicação simples, franca, desinteressada à causa pública.

E não foram importantes apenas para mim, magistrado judicial; com paciência, delicadeza, energia e espírito de missão todos sabiam - alguns dos que acabei de nomear, infelizmente já não estão entre nós - lidar com o público em geral, com o cidadão que é, em todas as ocasiões, o destinatário último do nosso trabalho.

Denodadamente, estes funcionários - tal como muitos de vós hoje aqui presentes, não tenho dúvidas - representam o que agora se denomina por Excelência na prestação dos serviços judiciais.

Esta postura dedicada, tantas vezes esquecida pela generalidade dos que comentam o judiciário, praticada sem frenesim ou exuberância, tranquilamente materializada, no quotidiano, merece ser conhecida e reconhecida.

O agradecimento que se impõe afirma-se, portanto, através desta cerimónia, coincidindo, propositadamente, com os primeiros momentos da presidência.

Por isso, sublinho a justeza desta homenagem e a importância deste simbolismo; reiterando que estou convosco desde o início e até ao fim.

Mas, esta iniciativa transcende esta afirmação emblemática.

Ela pretende também explicar-se a partir da orgânica do tribunal, do ponto de vista da instituição.

Sabemos bem das reivindicações dos senhores funcionários judiciais que, sendo equilibradas e razoáveis, cumpriria satisfazer. Falo-vos da demora na aprovação do novo Estatuto dos Oficiais de Justiça com o conseqüente atraso na definição das respetivas carreiras e o modo, mais ou menos avulso, como esta continua a organizar-se; da lentidão, ineficácia e ausência de uma formação qualificada relativamente às plataformas informáticas com a conseqüente queda de produtividade e, finalmente, a ausência de uma regulamentação da Lei da Autonomia dos Tribunais Superiores, o que prejudica gravemente a melhor gestão dos nossos serviços e impede que finalmente se estabeleça um quadro organizativo adequado.

Cabendo aos funcionários judiciais a execução dos atos dos magistrados bem como a prática de um conjunto cada vez mais alargado de atos processuais por competência própria, estando-lhe adstritas funções que possibilitam o regular funcionamento do tribunal, a

nível interno e externo, são estes que, muitas vezes, marcam, pela positiva ou pela negativa, a imagem dos tribunais; são vocês os que mais lidam com os cidadãos, a quem todos servimos.

O contacto inicial, e por vezes único, com mandatários judiciais e público em geral é estabelecido por intermédio do funcionário e, muitas vezes, o que fica, em termos de avaliação da qualidade dos tribunais, depende sobretudo do trabalho que logram, ou não, realizar.

Se uma moderna cultura judiciária exige novas e atualizadas técnicas de organização do trabalho, se as leis que enquadram as carreiras do funcionário judicial devem perceber as especificidades da mesma, se a autonomia que cabe ao tribunal da Relação necessita ser concretizada na prática, todos sabemos também que o sucesso de qualquer esforço de gestão dos tribunais assenta, em primeiríssimo lugar, nas pessoas que compõem as instituições.

E um tribunal só pode cumprir cabalmente a sua nobre missão se os seus funcionários trabalharem, em cada dia, de modo qualificado e competente, com uma atitude atenta e motivada, com espírito de grupo, "vestindo a camisola", que é a de nós todos.

Nada vos deve orgulhar mais, em termos profissionais, do que sermos servidores públicos, matriz que vos identifica.

A menção bíblica é bem conhecida: "repara nos girassóis: curvam-se perante o sol, mas se vires algum demasiado inclinado, significa que está morto. Tu estás a servir, mas não és um servo. Servir é a arte suprema."

Por isso para além do simbolismo deste ato inicial fica a certeza racional de que a gestão dos tribunais, a qualidade dos serviços de justiça repousa, em muito, na vossa capacidade de serem, cada dia, melhores, mais empenhados, mais competentes.

Todos devem estar à altura, enquanto profissionais ao serviço de um Tribunal Superior, deste exigente desafio.

Só com trabalho e compromisso podemos atingir objetivos que a todos são comuns.

É essa a ambição que vos proponho; é esse o desígnio para que vos convoco.

Da minha parte, encontrarão sempre um interlocutor atento, solidário com o vosso esforço, empenhado em propiciar as melhores condições de trabalho para que cada um de vós alcance, no exercício das funções cometidas, o melhor daquilo que for capaz.

Se derem, em cada momento, o vosso melhor - como estou certo que o farão. O Tribunal da Relação do Porto terá todos os motivos para se orgulhar dos seus funcionários judiciais.

Termino, sublinhando que hoje é um dia de celebração, um dia de alegria.

As festividades que se seguem, o momento de música que preparamos seguido de um ameno convívio, com uma oferta simbólica que foi feita a cada um de vós, representam tão-somente a vontade expressa de que comunguemos todos de um mesmo desígnio - servir o Tribunal da Relação do Porto, servir o país, servir os nossos concidadãos.

Porto, 11 de Novembro de 2021

José Igreja Matos